

Novos depoimentos confirmam esquema de tráfico de crianças

Relator da CPI do Judiciário acredita que adoções feitas irregularmente no município paulista de Jundiaí eram obra de um grupo que incluía um juiz de direito e tinha ramificações na polícia, na promotoria e em um hospital da cidade



Dois depoimentos tomados ontem pela CPI do Judiciário, um da médica Marisa Viotti e outro da procuradora da Justiça Maria Dolores Maçano, mostram a amplitude do problema das adoções irregulares de crianças no município de Jundiaí (SP). Para o relator Paulo Souto, as irregularidades encontradas confirmam um amplo esquema de tráfico e exportação de menores, envolvendo o juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira e servidores da promotoria, da polícia e do Hospital São Vicente de Paula.

PÁGINA 3

A médica Marisa Viotti relatou à CPI detalhes sobre a atuação do juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira, que a processou por ela ter determinado que uma criança adotada com um dia de vida fosse amamentada pela mãe

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Relatório sobre Marka/FonteCindam fica pronto neste mês

O relator da CPI, senador João Alberto, informou que deve apresentar até o próximo dia 30 o relatório parcial sobre o principal assunto investigado até o momento pela comissão: a operação que permitiu aos bancos Marka e FonteCindam comprar dólares com cotações inferiores às de mercado.

Para dar agilidade aos trabalhos, três subgrupos foram criados para rastrear os documentos bancários, as ligações telefônicas e as declarações de Imposto de Renda dos principais envolvidos na operação, realizada pelo BC no mês de janeiro.

PÁGINA 4



O senador Bello Parga (na foto, ao lado do vice-presidente José Roberto Arruda e do relator João Alberto) reassumiu ontem a presidência da CPI

Congresso vota hoje oito medidas provisórias

O Congresso Nacional se reúne às 19h em sessão conjunta. Na pauta, seis MPs que autorizam a abertura de créditos orçamentários, outra que institui vale-transporte para os servidores e uma medida provisória que reintegra o Dnocs à estrutura da administração pública.

PÁGINA 2

Congresso aprecia hoje oito medidas provisórias

MPs tratam de créditos para ministérios, vale-transporte de militares e reintegração do Dnocs à administração pública

O Congresso Nacional realiza sessão conjunta a partir das 19h de hoje para apreciar oito medidas provisórias. Seis delas referem-se a abertura de créditos extraordinários nos orçamentos fiscal e da seguridade social, em favor dos seguintes ministérios: Planejamento e Orçamento; Transportes; Agricultura e Abastecimento; Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal; Previdência e Assistência Social; e Fazenda.

Outra MP institui o vale-transporte para militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União. Finalmente, o Congresso liberará sobre projeto de lei de con-



A maior parte da pauta do Congresso é composta de MPs sobre créditos extraordinários

versão apresentado pelo senador Wellington Roberto (PMDB-PB) à medida provisória que reintegra à estrutura da administração pública o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

Senado discute extinção de classistas em segundo turno

O Senado promove hoje o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que extingue a figura do juiz classista na Justiça do Trabalho. Aprovada em primeiro turno na semana passada, a matéria está sendo submetida a mais três dias de discussão, devendo passar por uma segunda votação.

Na mesma sessão, o plenário deverá votar requerimentos dos senadores Jefferson Péres (PT-AM) e Heloisa Helena (PT-AL). O primeiro pede a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 135/94 e 19/99, ambos da Câmara dos Deputados, por versarem sobre a competência das juntas de conciliação e julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente.

Heloisa Helena solicita que a Comissão de Assuntos Sociais também seja ouvida a respeito de mensagem em que o presidente da República solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo, de até US\$ 2,2 bilhões, entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos, conforme o governo, se destinam a financiar o Programa de Reforma e Proteção Social, no âmbito do programa de apoio financeiro internacional ao Brasil.

estrangeiros em mídia.

Segundo Daniel Dantas, o Brasil está na lista de prioridade dos investidores. Ele acrescentou que existem áreas no país onde já se aceita o capital estrangeiro investido em mídia. O representante do Opportunity citou como exemplo a Internet e a comunicação através de cabos de fibras óticas.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 11h30 - Recebe o governador Jaime Lerner, do Paraná
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à "PEC nº 63/95, que extingue a figura dos juizes classistas na Justiça do Trabalho; *Requerimento nº 191/99, do senador Jefferson Péres, solicitando a tramitação conjunta dos PLCs nºs 135/94 e 19/99, por versarem sobre a competência das juntas de conciliação e julgamento nos dissídios em que forem partes viajante ou agente; e *Requerimento nº 194/99, da senadora Heloisa Helena, solicitando que sobre a Mensagem nº 98/99, além da comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.
- ▶ 19h - Sessão Conjunta do Congresso Nacional
Pauta: *MP nº 1.825, que altera a Lei nº 4.229, de 1º de junho de 1963, autoriza a doação de bens; *MP nº 1.785-4, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência e Assistência Social, crédito extraordinário no valor de R\$ 2,9 bilhões; *MP nº 1.813-3, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 183 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.747-9, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento e Orçamento, crédito extraordinário no valor de R\$ 7,5 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.752-36, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério dos Transportes, crédito extraordinário até o limite de R\$ 106 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.758-12, que autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos ministérios do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e do Abastecimento, e do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, crédito extraordinário no valor de R\$ 824 milhões, para os fins que especifica; *MP nº 1.783-5, que institui o auxílio-transporte aos militares, servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, e revoga o § 1º do art. 1º da Lei nº 7.418, de 16 de dezembro 1985; e *MP nº 1.810-3, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União - Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda, crédito extraordinário no valor de R\$ 300 milhões, para os fins que especifica. *Plenário da Câmara dos Deputados*

COMISSÕES

- ▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Depoimento dos membros do Sindicato dos Advogados do RJ, Mário Sérgio M. Pinheiro e Wadid Damous Nemer Filho. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
- ▶ 10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Diversas matérias, entre as quais *PR nº 06/99, que altera o artigo 12 da Resolução nº 78/98 do Senado Federal, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados e dos municípios; *PLS nº 87/99, que dispõe sobre as receitas provenientes das privatizações, alterando a Lei nº 9.491, de 9/9/97; *PLS nº 255/97, que fixa prazo para restituição do imposto sobre a renda e proventos descontado na fonte; *PLS nº 163/99, que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 19*
- ▶ 11h30 - Comissão de Educação
Pauta: *PLS nº 245/96, que dispõe sobre a Proteção ao Patrimônio Fossilífero, em conformidade com art. 216, inciso V da Constituição federal; *PLS nº 165/99, que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística da Capital Federal; *PLS nº 236/96, que dispõe sobre a educação profissional em nível nacional; *PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; *PLS 22/99, que denomina "Rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; *PLC nº 12/97, acrescenta dispositivo à Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre os estádios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; e os *Projetos de Decretos Legislativos nºs 131/98, 128/98, 122/98, 118/98, 116/98, 100/98, 99/98, 87/98, 79/98, 78/98, 75/98, 64/98, 27/98, e 59/98, relativos à renovação de concessões para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*
- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Diversas matérias, entre as quais se destacam: *Mensagem nº 104/99, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Luiz Sérgio Gama Figueira, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen; *PDLs nºs 5/98, que aprova o texto do Tratado de Extradicação celebrado entre o Brasil e o governo da Coréia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; *24/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judiciária e Assistência Mútua em Matéria Penal, celebrado entre o Brasil e o governo da Colômbia; *26/99, que aprova o texto do Acordo de Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre o Brasil e a Colômbia; *27/99, que aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a cooperação na pesquisa e nos usos do espaço exterior para fins pacíficos, celebrado entre o Brasil e o governo da França; *37/99, que aprova o texto de acordo celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat); e *30/99, que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre os seus Respetivos Territórios e Além, celebrado entre o Brasil e o governo da África do Sul. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*



Antonio Carlos recebeu a visita de representantes do Citibank e do Opportunity

Representantes de bancos discutem investimentos estrangeiros com ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu no início da tarde de ontem a visita do responsável pelos investimentos do City Travelers, Marc Weill, além de Marilyn Putney, do Citibank, e Daniel Dantas, do Opportunity. Os representantes dos bancos vieram discutir a flexibilidade de investimentos

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Halival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Depoimentos confirmam esquema de adoções ilegais

Relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto, acredita que juiz de Jundiaí tinha apoio da polícia, da promotoria e de hospital

Após analisar as informações prestadas até o momento no caso do tráfico de crianças em Jundiaí (SP), o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), acredita que o juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira comandava um esquema com ramificações na polícia, na promotoria e no Hospital São Vicente de Paula.



Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem a médica Marisa Viotti: pediatra chegou a ser processada por juiz porque permitir aleitamento de recém-nascido

O depoimento ontem da médica Marisa Viotti forneceu, na visão do relator, mais detalhes sobre o envolvimento de assistentes sociais do hospital. Para ele, existe uma grande convergência entre os fatos descritos pelo advogado Marco Colagrossi e demais testemunhas que já falaram sobre o caso à CPI:

– A personalidade autoritária do juiz interferia em todas as áreas – afirmou Paulo Souto.

O vice-presidente da comissão, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), ponderou que a equipe comandada pelo juiz atuava de forma unida. Dela faziam parte, além do próprio Beethoven, a promotora de Justiça de Jundiaí, Inês Makwiski de Oliveira Bicudo, e seu marido, delegado de

polícia na cidade.

Por ter permitido que a mãe biológica pudesse amamentar seu filho, a pediatra foi processada por desobediência a ordem judicial. Ela disse que em nenhum momento contrariou ordem que proibisse o contato da mãe com o filho (*ver matéria nesta página*).

Marisa Viotti afirmou na CPI que recebeu a solidariedade dos colegas de hospital, advogados, além de pessoas da comunidade:

– As pessoas sabem que a intenção não era enfrentar a ordem de ninguém. Eu estava cumprindo a minha obrigação como médica – disse Marisa Viotti.

Para o senador Djalma Bessa (PFL-BA), além de agir de forma correta e hu-

mana como médica, a pediatra tomou uma decisão que tem base jurídica. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) também elogiou a posição de Marisa Viotti, “em defesa da cidadania e da vida”.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) considerou inédita a decisão do juiz Luiz Beethoven que abriu processo contra a pediatra Marisa Viotti, por ela ter determinado que uma criança de um dia de vida fosse amamentada por sua mãe. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) quis conhecer o nível de interferência do magistrado na rotina hospitalar. A médica apresentou documento assinado por Luiz Beethoven com a determinação genérica de que as crianças não tivessem qualquer contato com a família biológica.

Depoente questiona idoneidade de documentos

O depoimento de Marisa Viotti à CPI do Judiciário revelou aos senadores que os documentos assinados por Cristiane Lopes, uma das mães da Praça do Fórum de Jundiaí (SP), abrindo mão de seu pátrio-poder, não são idôneos.

Quando prestou informações à CPI sobre o caso de tráfico internacional de crianças envolvendo o juiz Luiz Beethoven Giffone Ferreira, ex-titular da Vara da Infância e da Adolescência, Cristiane disse ter assinado documentos horas depois do parto de seu filho, no dia 24 de novembro de 1997, ainda no Hospital São Vicente de Paula.

A declaração em que a mãe abre mão da guarda do filho, da mesma data, atesta que a assinatura do documento aconteceu no edifício do Fórum de Jundiaí, na presença do juiz e da promotora Inês de Oliveira Bicudo. Porém, Cristiane não deixou o hospital naquele dia e só recebeu alta no dia seguinte.

Em outro documento lido pela médica, o juiz decretou a extinção do pátrio-poder de Cristiane e o estado de abandono de mais duas crianças, Lilian e Gracie, que não são filhos de Cristiane. A médica destacou ainda que, ao assinar os documentos, Cristiane não sabia o que significava pátrio-poder ou que não poderia ter seu filho de volta. “Ou seja, ela não foi orientada”, criticou

Marisa Viotti. Além disso, a mãe disse que estaria sedada na hora em que os documentos foram a ela apresentados.

A pediatra foi citada por Cristiane Lopes como a única pessoa solidária com a sua situação e que ela a autorizou a amamentar o recém-nascido, mesmo contra decisão do juiz.

A médica também criticou a atuação das assistentes sociais do hospital,

Fabiola Eloá Costa e Eliane Rossi, no caso. As assistentes sociais, disse, em vez de levarem a decisão médica de permitir o aleitamento à direção do hospital, interpelaram-na e foram direto ao fórum, quando o juiz determinou a apreensão do recém-nascido. Marisa Viotti se disse indignada quando soube que o bebê havia sido retirado do colo da mãe durante a amamentação.

Médica foi processada e advertida

A pediatra Marisa Viotti foi processada pelo ex-juiz da Vara da Infância e da Adolescência de Jundiaí, Luiz Beethoven Giffone Ferreira, por desobediência a ordem judicial, por ter permitido que a mãe biológica pudesse amamentar seu filho.

Em seu depoimento ontem à CPI, a médica disse que em nenhum momento contrariou ordem que proibisse o contato da mãe com o filho. Segundo ela, o ofício do juiz apenas proibia visitas ao recém-nascido, mas não havia referência contrária ao aleitamento.

A representação feita contra ela pelo juiz acabou sendo arquivada, mas as sindicâncias realizadas pelo Hospital São Vicente de Paula, onde aconteceu o parto, e pela prefeitura, empregadora da pediatra, concluíram pela aplicação de advertência à conduta da médica no

Procuradora revela que processos têm erros graves

Os 14 processos de destituição do pátrio-poder justificando adoções de menores em Jundiaí (SP) que estão sendo acompanhados pela procuradoria do estado de São Paulo apresentam erros graves, suficientes para que sejam anulados. A informação foi dada pela procuradora Maria Dolores Maçano, em depoimento ontem à CPI do Poder Judiciário. Segundo Maria Dolores, todos os 10 procuradores indicados para acompanhar os processos tomaram conhecimento das irregularidades:

– Não são meras formalidades, mas sim falhas que permitem a anulação de todo o processo. Faltaram, por exemplo, o devido processo legal e a ampla defesa. As mães das crianças não tiveram condições de indicar suas testemunhas. Além disso, não houve nomeação de curador de menores para acompanhar a tramitação dos processos – informou a procuradora, que defende as mães.

Outra irregularidade exposta no depoimento seria a acusação de maus-tratos, praticados contra as mães, como forma de

justificar a destituição do pátrio-poder. A procuradora disse que o crime de maus-tratos é previsto no Código Penal, mas que só em três casos houve abertura de processo contra os pais dos menores, e nenhuma condenação. Em alguns casos, informou, o argumento utilizado é de ausência de situação financeira, “o que é proibido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente”.

Maria Dolores Maçano disse que a procuradoria está entrando com ações rescisórias ou declaratórias de nulidade. Estas últimas são iniciadas quando a sentença de destituição de pátrio-poder já tem dois anos:

– Procuramos dizer às mães e parentes das crianças que a luta é difícil e demorada, mas damos a garantia de que a procuradoria vai até o final – observou.



Maria Dolores garantiu aos pais que procuradoria vai até o final nas ações

Alvarás de soltura no AM foram “improcedentes”

O procurador de Justiça do Amazonas, Carlos Antonio Ferreira Coelho, disse ontem à CPI do Judiciário que o desembargador Daniel Ferreira da Silva concedeu alvarás de soltura “improcedentes” a traficantes de drogas. O procurador emitiu oito pareceres pedindo a cassação de alvarás assinados pelo desembargador. Todos os pedidos foram acatados pelo Tribunal de Justiça do Amazonas.

A concessão de *habeas corpus* em favor de traficante três dias antes do pedido ser protocolado no tribunal constitui, na opinião do procurador, “um fato estranho”. Ele disse que no despacho que acompanha a decisão de desembar-



Carlos Antonio vê “fotos estranhas” em decisões de juiz no AM

gador Daniel Ferreira não faz qualquer menção a um possível conhecimento anterior do pedido. “Talvez o Mister M possa explicar”, ironizou o depoente.

Neste mesmo alvará, o desembargador alega que “a autoridade policial, quando da prisão em flagrante, não obedeceu ao ordenamento constitucional, deixando de informar ao preso sobre seus direitos”. Esta justificativa foi derrubada no parecer emitido pelo procurador Carlos Antonio Coelho. “Isso está taxativamente consignado pelo delegado no auto de prisão em flagrante.” Ele não quis comentar a possibilidade de venda de alvarás. “Seria leviano”, justificou.

Advogados depõem sobre TRT-RJ

Os advogados Mário Sérgio M. Pinheiro e Wadiah Damous Nemer Filho, membros do Sindicato dos Advogados do Rio de Janeiro, depõem hoje, na CPI do Judiciário, a respeito de irregularidades que teriam ocorrido no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) daquele estado. A reunião da comissão está marcada para as 10h.

João Alberto quer concluir neste mês relatório parcial

No documento, serão relatados os resultados da investigação feita pela CPI sobre as operações de venda de dólares a preços favorecidos em favor dos bancos Marka e FonteCindam

O relator da CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), disse ontem, em entrevista à imprensa, que pretende apresentar até o próximo dia 30 à comissão relatório parcial sobre a denúncia de venda de dólares, a preços favorecidos, pelo Banco Central (BC) aos bancos Marka e FonteCindam.

João Alberto informou ainda que a CPI faz uma reunião administrativa, às 16 horas de hoje, para discutir a pauta da próxima semana. Na quinta-feira, às 10h, a CPI tomará o depoimento do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, que será questionado sobre denúncias de sonegação fiscal por parte de grandes bancos, especialmente estrangeiros.

O relator anunciou a criação de três grupos de trabalho na CPI, para auxiliá-lo na análise de documentos obtidos por quebra de sigilos fiscal, telefônico e bancário.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-



Foram criados três subgrupos para auxiliar o trabalho do relator João Alberto

RS) irá examinar os papéis encaminhados pelas empresas de telecomunicações, enquanto o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) cuidará de extratos bancários dos envolvidos no caso Marka-FonteCindam. O senador Paulo Hartung (PSDB-ES), que não faz parte da CPI, foi convidado para coor-

denar a análise das declarações de Imposto de Renda.

João Alberto considera desnecessário convocar Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, para ser questionado sobre as operações realizadas nos últimos dias 14 e 15 de janeiro em favor dos bancos Marka e FonteCindam. "Os depoimentos que tomamos na CPI contradizem o que afirmou Francisco Lopes à Polícia Federal", disse. "Caso ele seja convocado para tratar deste assunto, apenas deverá repetir o que disse à polícia", previu.

O senador Eduardo Siqueira Campos disse que pretende concluir até o final desta semana a análise dos extratos bancários em poder da CPI. O senador acha que à CPI não cabe apontar se houve ou não irregularidades nas operações Marka-FonteCindam. "A CPI deve descrever tudo que investigou e remeter o assunto ao Ministério Público, o qual deve decidir se houve crimes ou não", opinou.

Arruda discute com Renan rastreamento no exterior

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, discutiu ontem por telefone com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, formas de acelerar o rastreamento de contas bancárias mantidas no exterior pelo dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola.

Arruda afirmou que, se necessário, o governo deve até mesmo contratar uma empresa estrangeira para auxiliar no trabalho, como ocorreu durante a CPI do PC Farias. Cacciola disse à CPI que possui três empresas no exterior, mas notícia publicada pela revista *Veja* nesta semana informa que ele é dono de oito empresas no exterior – quatro no

Uruguai, três nas Bahamas e uma na Ilha da Madeira. Assim, um rastreamento confirmará se Cacciola mentiu ou não à CPI.

Para Arruda, o relatório final da CPI terá de propor mudanças na legislação "para evitar que se repitam casos como o do Marka". Ele salientou que a comissão terá que indicar com clareza as irregularidades encontradas, apontar responsáveis e propor eventuais ressarcimentos aos cofres públicos (ou a investidores), além de sugerir as mudanças na lei. Na opinião dele, a CPI já constatou "impropriedades" na operação Marka-FonteCindam e "fortes indícios" de tráfico de influência e de perjúrio (mentira sob juramento).



Para Arruda, há indícios de perjúrio e tráfico de influência

Bello Parga reassume a presidência da CPI



Bello Parga ficou durante 20 dias em licença médica

ruda (PSDB-DF).

Parga esteve internado no Instituto do Coração (Incor), em São Paulo, onde

Depois de 20 dias de licença médica, o senador Bello Parga (PFL-MA) reassumiu ontem a presidência da CPI do Sistema Financeiro. Nesse período, os trabalhos foram dirigidos pelo vice-presidente, senador José Roberto Ar-

foi submetido a uma angioplastia, procedimento destinado a desobstruir vasos coronarianos. Bello Parga sentiu-se mal no final de abril, logo após a reunião da CPI em que ele deu ordem de prisão a Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, que se recusara a assinar o termo de compromisso de só dizer a verdade em seu depoimento.

Ao comentar com a imprensa seu internamento, Parga afirmou, bem humorado: "Não é para menos. Não é todo dia que se dá ordem de prisão a um ex-presidente do Banco Central".

CE debate proteção a fósseis

A proteção aos fósseis é um dos temas da reunião da Comissão de Educação (CE), que se reunirá hoje a partir das 11h30. O projeto de lei que trata do assunto foi apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que resolveu tomar a iniciativa em razão de suas preocupações com o grande número de fósseis contrabandeados para coleções particulares no Brasil e no exterior.

A CE, que é presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também analisará projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que dispõe sobre a preservação da concepção urbanística de Brasília.

A comissão também examinará a renovação de concessão de 14 rádios nos estados de Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais e São Paulo.

Suplicy considera um dever insistir no depoimento do ministro da Fazenda

Ao comentar editorial publicado no último dia 13 pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que o texto referiu-se desrespeitosamente à sua insistência em saber se o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi consultado a respeito da venda de contratos futuros de câmbio aos bancos Marka e FonteCindam.

– Tenho a convicção de que, ao procurar esse esclarecimento, como têm feito os repórteres do próprio jornal, estou cumprindo com meu dever de senador – rebateu o parlamentar.

Conforme Suplicy, a CPI já descobriu que os responsáveis pela fiscalização e

administração das reservas consideraram aquela operação atípica. A CPI também já constatou, prosseguiu ele, que os procuradores do Banco Central entenderam que se tratava de caso de liquidação extrajudicial.

Além disso, lembrou, a comissão já sabe que os dirigentes da BM&F qualificaram a operação como única na história, pois não foram observados os procedimentos regulares de registro em leilão ou pregão, para que qualquer outra instituição interessada pudesse fazer uso de igual direito.

Suplicy afirmou que essas foram algumas das evidências que levaram a CPI,

por unanimidade, a decidir que o BC deverá tomar as medidas necessárias para tentar ressarcir-se dos prejuízos decorrentes da operação, considerando até a possibilidade de proceder à liquidação extrajudicial do Banco Marka.

Daí por que ele considera importante que Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central, cuja reconvocação já foi aprovada pela comissão, diga por que não revelou ao ministro a operação. Ele também esclareceu que Malan, conforme requerimento que aguarda deliberação da CPI, deverá comparecer para prestar esclarecimentos sobre essa e outras questões.

CAE aprecia hoje projeto sobre empréstimos externos e internos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, a partir das 10 horas, para apreciar uma pauta de dez itens. Um deles é o projeto de resolução que trata das operações de crédito interno e externo dos estados, Distrito Federal, municípios, autarquias e fundações. O relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), apresentou parecer favorável, nos termos de um substitutivo.

Também será examinado projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo uso de bebidas alcoólicas.

Outro projeto a ser votado pela comissão, de autoria do senador Pedro

Simon (PMDB-RS), fixa prazo para restituição do Imposto de Renda descontado na fonte. O parecer do relator, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), é favorável a substitutivo aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

No dia 24 de maio, a CAE ouvirá exposição do presidente do BNDES, José Pio Borges. Ele será questionado sobre os critérios usados pelo banco para definir as suas aplicações entre as diversas regiões do Brasil e sobre a criação, nas Ilhas Cayman, de uma empresa cuja principal finalidade seria lançar títulos brasileiros no mercado internacional. Pio Borges estará na CAE, por solicitação dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

CRE vota indicação de embaixador

O ministro de primeira classe Luiz Sérgio Gama Figueira será sabatinado hoje, a partir das 17h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), que é presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP).

Figueira foi indicado pelo presidente da República para o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita e, cumulativamente, junto ao Sultanato de Omã e República do Iêmen. Após a sabatina, os senadores votam pela aprovação ou rejeição da indicação.

A CRE também apreciará projetos de decreto legislativo que aprovam textos de vários acordos internacionais. Eles tratam de temas como extradição, cooperação mútua para o combate ao tráfico de aeronaves envolvidas em atividades ilícitas e cooperação na pesquisa e no uso do espaço exterior para fins pacíficos.

RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEGUNDA-FEIRA, 17 DE MAIO DE 1999

1

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 1995. Gilberto Miranda e outros. Altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho (Juizes Classistas). Parecer nº 190/99-CCI. Relator: Senador Jefferson Péres, oferecendo a Redação para o segundo turno. Resultado: A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de amanhã, para o segundo dia de discussão, em segundo turno.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Fogaça defende importância do BC

Para senador, Banco Central não pode ser um órgão desvinculado de qualquer regra mas tampouco deve estar atrelado ao “mandonismo governamental”

“O Banco Central é um órgão constitucionalmente politizado no Brasil”, afirmou ontem o senador José Fogaça (PMDB-RS), ao fazer uma exposição do que considera necessário para que a instituição se torne de fato independente. Para Fogaça, “a política é uma cunha permanente na vida e nas ações do Banco Central”.

Em razão disso, afirmou o parlamentar, oposição e governo têm opiniões diferentes e erradas sobre a instituição. Na opinião de Fogaça, o BC não pode ser um órgão solto, desvinculado de qualquer regra. “Independência significa ser independente em relação ao mandonismo governamental”, disse ele. Para o senador, um banco subordinado a gover-

no é sempre um banco nas mãos dos banqueiros.

Depois de citar a Constituição, o senador explicou que o BC tem o papel de guardião da moeda, devendo ser o instrumento de preservação da estabilidade monetária. “Ele tem que ter a função precípua de fazer com que o dinheiro que está na mão das pessoas não se desvalorize diante das outras moedas”, afirmou ainda o senador.

Ele explicou que um Banco Central absolutamente desvinculado de qualquer objetivo age segundo os postulados da teoria monetarista neoclássica, ou seja, mantém a emissão sob controle e joga com as taxas de juros para garantir o valor mais estável pos-

sível da moeda. “E essa tem sido a política recentemente adotada, sem que se tenha trazido uma reflexão a mais sobre isso”, comentou.

FALTA DEBATE

Para o parlamentar, a questão BC nunca foi realmente debatida de maneira séria e profunda no Brasil. Ele entende que não é saudável que a instituição seja inteiramente subordinada ao governo, imiscuída com o poder político eventual. Ao observar que os partidos de esquerda repudiam a idéia de independência para o Banco Central, o senador José Fogaça disse acreditar que, agindo assim, essas legendas pensam que estão garantindo a supremacia popular da instituição.



Para Fogaça, BC deve manter papel constitucional de “guardião da moeda”

Álvaro Dias destaca propostas dos prefeitos

Os municípios vivem a angústia da transição na nova etapa de reorganização do país, afirmou o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ao defender ontem as principais reivindicações dos prefeitos reunidos em Brasília na semana passada. Para o senador, os dirigentes municipais apresentaram para a sociedade brasileira alternativas capazes de assegurar o respeito ao princípio federativo, aprofundar a democracia e garantir o atendimento da população.

Álvaro Dias ressaltou que, na proposta dos prefeitos, a reforma tributária deve estar associada à clara definição de competências de cada ente federado e ter como princípio o fortalecimento do pacto federativo e da descentralização, respeitando a autonomia tributária dos municípios. Ele apontou a justiça das preocupações dos prefeitos com a questão, já que hoje, conforme a Receita Federal revelou recentemente, 42% dos maiores contribuintes do ICMS deixam de declarar o Imposto de Renda. “Isso é sintoma de que a máquina arrecadadora está emperrada” disse Álvaro Dias. O senador lembrou que a Previdência Social foi também uma das questões discutidas no Encontro Nacional de Municípios:

– Com razão os prefeitos destacam que o Projeto de Responsabilidade Fiscal, discutido no Congresso Nacional, deve ser aprovado mas, ao mesmo tempo, os mecanismos capazes de

possibilitar às prefeituras equacionarem a crise financeira que as engole são absolutamente imprescindíveis – acrescentou.

O senador disse que o encontro com o presidente da República foi produtivo e que algumas reivindicações foram atendidas. Ele citou que os municípios ganharam mais 90 dias para se adaptar à Portaria 4.992/99, que cria critérios para o regime previdenciário próprio, e o anúncio da liberação de R\$ 180 milhões para as prefeituras.

Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, afirmou discordar da proposta dos prefeitos de prorrogação de seus mandatos. Álvaro Dias concordou e disse que defendia a periodicidade do mandato.



Álvaro registrou bons resultados para prefeitos do encontro com o presidente FHC

Senador sugere reformas para corrigir distorções no Legislativo

O senador Álvaro Dias fará hoje pronunciamento no plenário propondo um conjunto de reformas no Poder Legislativo, em níveis federal, estadual e municipal, corrigindo, no entendimento do senador, as distorções de representatividade atualmente existentes, diminuindo o número de parlamentares e, com isso, promovendo redução de custos e melhoria de eficiência.

Quintanilha é contrário à privatização do BB

“Espero que a equipe econômica tenha juízo.” O alerta foi feito ontem pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) ao defender a manutenção do Banco do Brasil (BB) como empresa estatal. O senador lembrou as mazelas sociais que afligem a população brasileira, como o desemprego, e destacou o papel do BB como instrumento eficaz e ágil de promoção do desenvolvimento. “O Banco do Brasil emprestava não só para as grandes empresas, mas também para os pequenos empreendedores, que tinham como garantia apenas a sua vontade de fazer algo pelo seu próprio bem e pelo bem do país”, disse Quintanilha.

O senador, que foi funcionário do BB por 22 anos, afirmou que a privatização do banco encontrará no Congresso Nacional uma oposição forte e decidida. Quintanilha destacou o fato de que o BB é responsável por 75% do crédito agrícola no Brasil e líder no mercado de administração de recursos de terceiros, através da subsidiária BB-DTVM, que detém patrimônio de R\$ 25,3 bilhões. “Hoje, a BB-DTVM é listada como uma das primeiras empresas do conglomerado a ser privatizada”, indignou-se o senador.

Segundo Quintanilha, o Comitê de Coordenação Gerencial das Instituições Financeiras já está contratando auditoria com o objetivo de analisar e sugerir soluções para manter os serviços essenciais dos bancos públicos.

Em aparte, o senador José Alencar (PMDB-MG) disse ter aprendido, desde cedo, a admirar o trabalho do banco. Ele lembrou sua origem interiorana, quando viu o BB chegar a cada uma das propriedades rurais da sua região levando o crédito agrícola. “É um absurdo falar em privatização do Banco do Brasil. A Casa precisa estar atenta a assuntos dessa natureza. Não podemos permitir isso”, sentenciou o senador.

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), todos aqueles que têm amor pelo



Senador Leomar Quintanilha destacou o papel do BB no crédito agrícola

país sabem que “não podemos abrir mão do Banco do Brasil”. A senadora afirmou que fatos isolados como empréstimos e operações irregulares não prejudicam o papel do banco no desenvolvimento brasileiro. “Essa cláusula imposta pelo FMI – de privatização das hidrelétricas e dos bancos públicos –, esperamos que o governo não leve adiante”, afirmou a senadora.

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse estar contente em saber que a defesa do Banco do Brasil conta com muitos aliados: “Nós vamos ter, com certeza, um exército de senadores em defesa do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal (CEF)”, garantiu.

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) declarou estar com a alma lavada, pois, após ter feito um discurso abordando a privatização da CEF, recebeu milhares de reclamações por não ter citado o Banco do Brasil. “Enquanto estivermos aqui, haverá uma defesa intransigente do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e da Petrobras. Essas empresas são um patrimônio que o povo jamais aceitará que seja entregue à iniciativa privada”, afirmou Eduardo Siqueira Campos.

ACM diz que não vota mais impostos em seu mandato

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao comentar a movimentação política para viabilizar a aprovação do “imposto verde” sobre a gasolina pelo Congresso Nacional, voltou a enfatizar que tem “um compromisso com o Brasil, assumido em São Paulo há cerca de 40 dias, no sentido de não votar a criação de nenhum imposto mais, enquanto estiver neste mandato de senador”.

Antonio Carlos distinguiu essa decisão da questão da reforma tributária, que tem seu apoio:

– A reforma tributária é diferente, porque seriam os atuais impostos, só que melhor distribuídos – explicou.

Indagado sobre a polêmica em torno da exigência ou não de idade mínima para a aposentadoria de quem já estava no mercado de trabalho à época da promulgação da reforma da Previdência Social, o presidente do Senado admitiu que ela poderá acabar no Supremo Tribunal Federal (STF):

– Não é aconselhável, mas, se houver disputa entre os entendimentos do governo e da Câmara dos Deputados, quem vai decidir será o Supremo – afirmou.

No entender do senador, o que deve prevalecer é a intenção do legislador:

– O espírito da Câmara parece que não foi esse (o de fixar idade mínima), mas se a lei está redigida de forma dúbia alguém tem que interpretar e dar um parecer; e se a Câmara recorrer ao Supremo, é óbvio que é ele que vai decidir, em última instância – destacou.

A possibilidade de um aumento nos conflitos entre o PSDB e o PFL à medida que forem se aproximando as eleições de 2000 e 2002 (conforme previsão feita pelo ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros, eleito no último final de semana para uma vice-presidência do PSDB), não preocupa Antonio Carlos:

– O Mendonça estava há muito tempo sem falar e, então, quando ele fala, evidentemente, coloca tudo o que gostaria de dizer. Tenho certeza de que ele vai ter mais humildade, doravante, porque uma função política, embora não tão importante, exige isso – disse o senador.



Antonio Carlos acha que polêmica sobre aposentadoria por idade termina no STF

Mozarildo cobra política alternativa para a Amazônia

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a definição de uma política de desenvolvimento para a Amazônia que permita usufruir com inteligência as riquezas da região.

– A política que reclama é uma política de exploração racional, sustentada, baseada no zoneamento ambiental e no manejo equilibrado dos recursos minerais, vegetais e animais. Sem isso, predominará o uso predatório dos recursos naturais da Amazônia, como tem ocorrido desde sempre – disse o senador.

Para ele, a alternância de políticas que incentivam ora a agropecuária, ora o extrativismo, não tem produzido resultados, porque os problemas de desenvolvimento da Amazônia têm outras raízes, exigindo assim outras soluções.

Em aparte, o senador Tião Viana (PT-AC) disse que é preciso encontrar um caminho para o desenvolvimento da Amazônia que seja diferente da estratégia de “depósito de migrantes”. Viana relatou experiência da comunidade Nossa Senhora de Fátima, que derrubava e vendia árvores a R\$ 25 por 23 metros cúbicos. Hoje, relatou, os an-



Mozarildo Cavalcanti defende a “exploração racional” dos recursos

tigos derrubadores de árvores são conhecidos como “alpinistas da floresta” porque optaram por preservar as árvores e colher e comercializar apenas suas sementes.

Mozarildo criticou a ação do governo federal na área mineral. Segundo ele, o governo proíbe a exploração mineral, mas não tem como coibir a ação clandestina de brasileiros e de estrangeiros na região. “Os nossos minérios são extraídos e contrabandeados, o erário não arrecada nada de impostos, e o meio ambiente fica prejudicado pela exploração inadequada e desordenada”, observou.

O senador destacou o caráter estratégico da Amazônia para o Brasil e para o planeta. “Mesmo que se tenha derrubado o mito de que a floresta amazônica é o ‘pulmão do mundo’, persiste a inofismável realidade de ser ela a reserva de biodiversidade mais importante da terra, com 30% de todas as florestas tropicais do planeta, 50% de todas as espécies vegetais e animais e 80% das plantas medicinais de todo o mundo”, ponderou Mozarildo.

Projeto impõe limites a área de reservas indígenas

As áreas a serem ocupadas por reservas ecológicas, ambientais e indígenas não poderão ultrapassar 30% da área total de cada estado, de acordo com projeto de lei do senador Mozarildo Cavalcanti. A proposta será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo. Se for aprovada pela CAS, será enviada à Câmara, a menos que seja solicitado exame pelo plenário.

Conforme a proposição, caberá ao Senado Federal fazer uma revisão das reservas nos estados onde aquele percentual tiver sido ultrapassado.

Na justificativa do projeto, Mozarildo Cavalcanti afirma que a população indígena do país está longe de representar 30% da população brasileira, “além do que o estágio de diversas etnias indígenas no Brasil não justifica a concessão de imensas áreas para índios que não mais delas necessitam como à época do descobrimento, há 500 anos”.

– Estão sendo criadas reservas ecológicas e parques nacionais à revelia dos estados e do Senado, que é a Casa que representa a Federação, em alguns casos inviabilizando o desenvolvimento de muitos deles – observou.

Estevão alerta para nova sobrevalorização do real

Queda do dólar pode repetir erro cometido no passado, estimulando as importações e a “geração de empregos lá fora”, afirma senador

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) fez ontem uma advertência para a possibilidade de nova sobrevalorização do real. “O dólar está sendo negociado a R\$ 1,70 e dá mostras de que baixará de cotação. Não é uma boa notícia. Depois de quatro anos de real sobrevalorizado, que resultou em maciça importação de produtos supérfluos e geração de empregos lá fora, não devemos cometer o mesmo erro”, observou.

Segundo Estevão, os 40% de desvalorização do real ainda não conseguiram seu resultado mais importante: o aumento das exportações. “Essa é uma das maneiras mais eficazes e rápidas de dinamizar a economia e gerar empregos no Brasil, o real desafio do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso”, afirmou.

Luiz Estevão reconhece ser um bom indicio para a economia brasileira o superávit primário de R\$ 9 bilhões nas contas do governo durante o primeiro



Luiz Estevão teme que a busca crescente por superávits públicos comprometa o crescimento

trimestre. “Mas é preciso lembrar que metade desse resultado se deveu a um acordo da Receita Federal feito com os devedores, que aumentou a arrecadação. Mesmo assim, o resultado foi bom e sinaliza para uma menor dependência do governo da ‘camisa-de-força’ da

dívida interna”, disse ele.

Para o senador pelo DF, no entanto, “seria um grande equívoco” eleger o superávit como a grande meta do governo. “Trabalhar por superávits primários crescentes seria comprometer os investimentos, que resultam em crescimento econômico e geração de empregos, bem como os gastos sociais, indispensáveis num país de tantos carentes e excluídos.”

Luiz Estevão advertiu que os bons indícios de inflação e câmbio controlados, bem como de queda do PIB menor do que a esperada, não podem ser confundidos com a ideia de que o Brasil está livre de problemas econômicos. “As conseqüências piores da desvalorização tardia e mal conduzida do real foram sustadas, mas o preço foi alto. Não podemos cometer mais erros desse tipo, nem tampouco cair na tentação da dependência do capital especulativo”, afirmou.

Suplicy exige que Senado seja ouvido sobre crédito a empresas endividadas

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou ontem, em plenário, se o governo enviou à Casa mensagem comunicando que o BNDES está tomando providências para efetuar o reescalonamento da dívida de 90 empresas brasileiras. Na presidência da sessão, o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) disse que até agora o governo não enviou essa mensagem.

Suplicy lembrou que o artigo 52, inciso 5º, da Constituição federal fixa entre as atribuições de competência privativa do Senado a autorização de operações externas de natureza financeira, de interesse da União, estados, Distrito Federal, territórios e municípios.

Ele alegou que, se o BNDES pretende



Eduardo Suplicy: Constituição obriga a União a submeter os empréstimos externos ao exame do Senado Federal

fazer uma operação de reescalonamento da dívida de empresas endividadas em moeda estrangeira, o Senado tem que ser

comunicado disso. Conforme o parlamentar, recentemente o presidente do BNDES, José Pio Borges, informou à imprensa que essa operação estaria em andamento.

Suplicy também lembrou que, na próxima segunda-feira, o presidente do BNDES virá à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será questionado sobre a proporcionalidade dos investimentos do banco em relação às regiões do Brasil e sobre a razão de o banco manter nas Ilhas Cayman uma empresa que já lançou títulos brasileiros no mercado internacional.

Os requerimentos para essa exposição foram apresentados pelos senadores Eduardo Suplicy e José Roberto Arruda (PSDB-DF).

Juvêncio da Fonseca condena invasão de terras produtivas

Ao citar discurso do senador Antonio Carlos Magalhães feito na última convenção do PFL, quando o presidente do Senado disse que o governo não pode deixar que os sem-terra tomem conta do país, o senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) denunciou a invasão de terras produtivas por integrantes do movimento.

O senador citou como exemplo Mato Grosso do Sul, onde ocorreram 86 invasões em 1998 e 40 em 1999, a maioria em terras produtivas.

– Queria deixar claro aos meus companheiros que sou plenamente favorável à reforma agrária. Temos nossos irmãos na beira das estradas aguardando os assentamentos que se fazem necessários. Não sou proprietário rural,

não tenho fazenda, não vivo de pecuária nem de lavoura, mas sou brasileiro e estou preocupado com a invasão de terras produtivas – disse Juvêncio da Fonseca.

O senador por Mato Grosso do Sul informou que no seu estado lideranças do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra de vários países reuniram-se recentemente para participar de um curso de capacitação de militantes. Segundo Juvêncio da Fonseca, o curso demorou cerca de cinco dias, qualificando tra-



Juvêncio criticou a MP que tentou regularizar as terras de fronteira

balhadores que atuam em invasões de fazendas.

Juvêncio da Fonseca também reclamou da Medida Provisória nº 1.803, que trata da retificação dos títulos de terras da União na faixa de fronteira e que, segundo o senador, incentiva invasões de terras produtivas.

A medida determina que as terras devolutas de propriedade da União na faixa de fronteira devem ser ratificadas dentro de um prazo de dois anos.

– Elas têm que ser ratificadas porque foram vendidas irregularmente pelos estados. Mas os proprietários adquiriram de boa fé, investiram ali os seus recursos, fizeram a vida inteira de trabalho, hoje são grandes propriedades produtivas. Se por acaso os requerimentos não forem feitos dentro de dois anos, seus títulos serão declarados nulos de pleno direito – reclamou Juvêncio da Fonseca.

APARTES

Em aparte, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) disse que, apesar de ser favorável à reforma agrária, não concorda com ações violentas que vêm sendo praticadas pelo MST. Ele testemunhou que em Rondônia um grupo de “baderneiros e autênticos guerrilheiros” estão misturados aos

que realmente necessitam de terra para seu sustento e de sua família, transformando a luta em um movimento político cujo objetivo é a desestabilização do governo e do próprio programa de reforma agrária.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse que, se não forem tomadas atitudes urgentes, poderá haver uma explosão social no campo.

Já a senadora Heloisa Helena (PT-AL) defendeu o MST, alegando que o movimento não pode ser responsabilizado pela fome e pelos latifúndios improdutivos existentes no Brasil, que são duas formas de violência.

Ela também argumentou que, se o MST realmente tomasse posições violentas, não seria tão bem relacionado com diferentes forças religiosas.

Carlos Wilson destaca trabalho da Fundação Altino Ventura

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) aplaudiu ontem o trabalho da Fundação Altino Ventura, em Pernambuco. "Em seus 12 anos de existência, ultrapassou a marca memorável de um milhão de atendimentos oftalmológicos, gratuitamente prestados à população carente do estado. Na fundação são realizados desde serviços ambulatoriais às mais complexas cirurgias", disse.

Segundo Wilson, o trabalho do médico Altino Ventura é reconhecido e aplaudido por todos os pernambucanos. "A



Carlos Wilson diz que trabalho de Altino Ventura é reconhecido

Assembleia Legislativa lhe prestou bela homenagem, outorgando-lhe o título de Cidadão Honorário de Pernambuco enquanto a Câmara Municipal de Recife lhe conferiu sua maior comenda, a Medalha do Mérito José Mariano", afirmou.

Carlos Wilson lembrou que o médico Altino Ventura foi o criador de vários centros de atendimento no estado, entre eles o Hope, primeiro hospital de olhos do Nordeste, a Clínica Altino Ventura e o Banco de Olhos, todos com inestimáveis serviços prestados aos cidadãos pernambucanos.

Jucá diz que convenção marca confiança do PSDB na economia

Em nome da liderança do PSDB, o senador Romero Jucá (RR) anunciou ontem que o partido realizou Convenção Nacional no sábado, em Brasília, reconduzindo o senador Teotônio Vilela Filho à presidência do PSDB. Com a presença de ministros e do presidente da República, o encontro registrou principalmente a confiança dos parti-

dários do PSDB pela retomada do crescimento e pela estabilidade econômica, assinalou o senador. "O encontro foi uma festa positiva", ressaltou.

Jucá disse que, na convenção, foi destacada a importância de se manter unida a base do governo "no sentido de levar uma política de retomada do crescimento e levar o país ao desenvolvimento".

Alcântara quer aproximação com bases

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que trabalhará, no exercício da presidência do Instituto Teotônio Vilela, para uma maior aproximação do PSDB com suas bases partidárias. O senador foi reeleito para o cargo na Convenção Nacional do partido, realizada no sábado.

Alcântara informou que o instituto manterá a edição de publicações para difundir as idéias da social-democracia e a organização de semi-

nários para debater os problemas do Brasil e do mundo. "Também vamos melhorar nossa *home-page* na Internet dando mais conteúdo à programação."

O presidente do instituto disse ter grande apreço pelo trabalho junto aos jovens, lembrando que no Laboratório de Aprendizado Político já foram treinados "mais de 2 mil jovens que representam o futuro de nosso partido".

Emilia pede ao governo que divulgue cultura da paz

Senadora propõe a criação de uma comissão nacional que divulgue idéias contra a violência, previstas no "Manifesto 2000" da ONU

Preocupada com a violência no país, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) apresentou ontem requerimento propondo a realização de um seminário sobre o tema. Ela solicitou também ao presidente Fernando Henrique Cardoso que constitua uma comissão nacional para difundir a cultura da paz, sintetizada no "Manifesto 2000", documento criado pela ONU e divulgado no dia 3 de março em solenidade na Torre Eiffel, em Paris.

A expectativa da ONU, segundo a senadora, é alcançar 100 milhões de assinaturas no documento, que será levado à Assembleia Geral do Milênio das Nações Unidas, em setembro do próximo ano. A senadora informou que o texto do "Manifesto 2000" está na Internet,

onde também pode ser subscrito.

Emilia Fernandes disse que é preciso analisar com profundidade o crescimento da violência, principalmente na juventude, "segmento social por natureza questionador dos limites, mas, acima de tudo, portador de um profundo espírito fraterno e coletivo". Ela frisou que antes de culpar os jovens pelo que ocorre, "é preciso averiguar quais são as verdadeiras causas dessa sua condição de desesperança".

A senadora Heloísa Helena (PT-AL), em aparte, parabenizou a senadora por suas propostas, mas disse que a "ONU não tem autoridade moral para falar em paz", já que está sendo "cúmplice direta do extermínio que ocorre na Iugoslávia".



Emilia observa que é preciso discutir com profundidade as causas da violência entre os jovens

Nabor Júnior apóia integração Brasil-Peru



Nabor Júnior garante que a integração significará o progresso econômico e social da Amazônia

A integração entre o Brasil e o Peru está próxima e representará o progresso econômico e social da Amazônia, segundo afirmou ontem o senador Nabor Júnior (PMDB-AC). Ele pediu a transcrição nos Anais do Senado da matéria "Governo garante integração Brasil-Peru", publicada no jornal *A Gazeta*, de Rio Branco. A matéria diz que o governo vai investir R\$ 90 milhões em estradas no Acre.

Conforme o senador, a integração entre o Brasil e o Peru e, posteriormente, com o oceano Pacífico será feita pela BR-317, que une Porto Velho, Rio Branco, Brasília e Assis Brasil. Segundo o

jornal, a garantia desse investimento foi dada pelo chefe de gabinete do ministro dos Transportes, durante o II Fórum Brasil/Peru, encerrado em Lima, na sexta-feira.

A mesma matéria, segundo o senador, informa a disposição do governo federal em investir, só no biênio 1999/2000, cerca de R\$ 90 milhões. Com base no mesmo jornal, Nabor Júnior informou que os peruanos têm interesse na carne, palmito, castanha e produtos moveleiros fabricados no Acre. E a primeira exportação acreana para aquele país, segundo o parlamentar, deverá acontecer dentro de 15 dias.

Viana espera rigor na apuração da contaminação de plasma

O senador Tião Viana (PT-AC) conclamou ontem o Senado a acompanhar a apuração das responsabilidades administrativa e penal que o Ministério da Saúde está realizando, em relação ao episódio de amstras de plasma contaminado por vírus de hepatite B e de Aids, provenientes de 14 estados brasileiros, e que foram, posteriormente, processados industrialmente pela Fundação Hemocentro de Pernambuco (Hemope).

Para Viana, é preciso levar as investigações às últimas conseqüências, com rigor técnico e sem perseguições políticas, porque houve pessoas inocentes prejudicadas em sua saúde. "Ao levar as denúncias da contaminação de sangue ao ministro José Serra, encontrei plena sensibilidade de sua parte. Ele determinou imediata apuração do episó-



Tião Viana quer levar investigação às últimas conseqüências

dio, mas precisamos lembrar que a contaminação não ocorreu no Hemope, que recebeu plasma contaminado de outros hemocentros do país."

O senador pelo Acre explicou haver três hipóteses para a contaminação. "A primeira é ter ocorrido falha humana; a segunda é contaminação dos kits de exame, que são comprados de seis multinacionais diferentes; enquanto a terceira é a possibilidade de falha no armazenamento, que pode induzir a resultados falsos", disse.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) aplaudiu a responsabilidade com que agiu Tião Viana, buscando os mecanismos adequados de apuração junto ao ministério, sem se deixar levar pelos holofotes da mídia. Também em aparte, o senador Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou a gravidade do episódio.

Geraldo Althoff aplaude vitória de Guga em Roma

A vitória conquistada pelo tenista Gustavo Kuerten, o Guga, no Torneio Super 9 de Roma foi comemorada ontem pelo senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

"Nós, catarinenses, nos orgulhamos de ter Gustavo Kuerten como nosso conterrâneo", afirmou o senador.

Althoff observou que o esporte é um dos mecanismos mais oportunos para "acariciar a auto-estima do povo brasileiro". O senador declarou ainda a sua satisfação em ver Guga nas manchetes de todos os países do mundo.



Althoff: esporte acaricia auto-estima do brasileiro

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 - *Senado em Pauta*
7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Voleibol
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista. Assunto: Artrite reumatóide
7h55 - *Senado em Pauta*
8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Remo
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - *Senado em Pauta*
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando seu potencial cultural. Em destaque: Dende da Bahia
9h30 - *Entrevista* - Donizetti Louro, do Grupo Sangari de Educação, fala sobre a nova metodologia educacional para os estudantes do ensino fundamental
9h55 - *Senado em Pauta*
10h - *CPI do Judiciário* (vivo)
14h30 - *Sessão Plenária* (vivo)
Logo após - Comissão de Assuntos Econômicos (gravado)
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Mulheres em Destaque* - A secretária da

Administração e Patrimônio Cláudia Gostin fala sobre a reforma administrativa do governo
21h55 - *Senado em Pauta*
22h - *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - *CPI Judiciário* (vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - *Sessão Plenária* (vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
0h - *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida - Música e informação

Governo deverá responder a cidadão em até 60 dias

Senador Romero Jucá, autor da proposta, quer punir autoridades que descumprirem prazo nas solicitações de informações

Projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que obriga o poder público a prestar, em até 60 dias, as informações solicitadas pelos cidadãos a qualquer órgão da administração direta ou indireta está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa – o que dispensa sua apreciação pelo plenário, exceto se um décimo dos senadores recorrer da decisão.

O projeto pretende regulamentar o inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição, segundo o qual “todos têm direito de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

No projeto, Jucá determina um prazo de 30 dias para que os “órgãos públicos federais, estaduais e municipais, da administração direta, indireta, fundacionais e entidades paraestatais” forneçam as informações solicitadas. Caso seja necessária uma pesquisa mais apurada, esse prazo pode ser prorrogado por mais 30 dias. A prorrogação do prazo também é admitida quando se tratar de informação referente a obras

de engenharia.

As autoridades que não cumprirem o prazo, de acordo com a proposta de Jucá, incorrerão em crime de responsabilidade, ficando sujeitas à pena de perda da função pública, sem prejuízo de processo e julgamento posteriores. O projeto de Jucá ressalva as informações de caráter sigiloso, “imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado”, e prevê que constituirão abuso de poder a recusa do recibo do pedido de informação, o seu não atendimento e a prestação de informação incorreta.

Na justificativa do projeto, o senador argumenta que “o direito do cidadão de obter da administração, em todos os seus níveis, informações de interesse particular ou coletivo não vem sendo respeitado, o que dificulta a transparência inerente aos atos praticados pelo poder público”. Ele lembra que o dispositivo constitucional seria auto-aplicável, mas a própria Constituição determina que o prazo será definido em lei ordinária.



Jucá exclui do projeto informações imprescindíveis à segurança da sociedade

Dutra quer que mineiros só trabalhem 33 horas semanais

Projeto de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a ser examinado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo, reduz em três horas semanais a jornada de trabalho dos empregados em minas de subsolo. De acordo com o projeto, a jornada desses trabalhadores não excederá seis horas diárias e 33 horas semanais. A matéria, que altera a redação do art. 293 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tem como relator o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Na justificativa da proposta, Dutra argumenta que o trabalho executado pelos mineiros, no subsolo, é estafante e extremamente nocivo à saúde, provocando, com frequência “alarmante”, o envelhecimento precoce desses trabalhadores, entre outras moléstias:

– Cabe salientar que a maioria dos países vem reduzindo paulatinamente a jornada de trabalho. Duas são as principais razões para esse movimento. Em primeiro lugar, a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho, e em segundo, a questão da geração de empregos. Na medida em que há uma redução da carga horária, abre-se a possibilidade da criação de novos empregos, como vem acontecendo em boa parte do mundo – destacou o senador.



Proposta de Dutra reduz atual jornada em três horas

Surdos poderão ter telefones especiais

A presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senadora Emília Fernandes (PDT-RS), é a relatora de projeto do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que torna obrigatória a instalação de telefones especiais para surdos em locais públicos, tais como hospitais, escolas para surdos, delegacias, repartições públicas, postos telefônicos, empresas, *shoppings*, rodoviárias etc.

De acordo com o projeto, a telefonia para surdos utilizará aparelhos telefônicos especiais, equipados com um teclado de escrever, como numa máquina de escrever, um visor onde se lê a mensagem e um alarme luminoso no lugar da campainha. Esse equipamento existe em outros países há muitos anos, conforme afirmou Cândido.

Ainda segundo o projeto, o serviço deverá ser garantido pelo Ministério das Comunicações e os catálogos telefônicos utilizarão a sigla “TS” (Telefonia para Surdos) para identificar e/ou reconhecer o aparelho especial destinado aos portadores de deficiência auditiva.

Na justificativa da proposta, Cândido lembrou que, por falta de uma legislação, os surdos brasileiros estão privados de um serviço tão corriqueiro como a telefonia. Lembrou também que as pessoas surdas têm a mesma necessidade de se comunicar a distância que as pessoas ouvintes:

– Ligar para a escola do filho, marcar um horário no médico, chamar a polícia, comprar um remédio, encomendar uma pizza ou, simplesmente, conversar com alguém que se encontra distante –

destacou o senador.

Cândido chamou a atenção, no entanto, para o fato de que existem algumas dificuldades objetivas que precisam ser contornadas antes que os deficientes auditivos passem a dispor de um serviço especial, entre elas a inexistência de oferta de aparelhos telefônicos especiais e de garantia de assistência técnica.

O senador sugeriu a instalação de uma central de intermediação das ligações, com pessoal devidamente treinado, para possibilitar as ligações entre o telefone de escrever e outro convencional e vice-versa. Propôs também que a cobrança de tarifas pelas ligações feitas dos aparelhos especiais seja diferenciada: “Mais barata, porque digitar uma mensagem leva muito mais tempo do que falar, principalmente quando a pessoa não é muito hábil”.

Cândido agradeceu, especialmente, a colaboração da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Surdos (Fenapas) na elaboração da proposição.

Depois de passar pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o projeto será enviado à Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo.



Cândido: deficientes auditivos também precisam se comunicar

Projeto dá estabilidade no emprego a portador de HIV

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examinará, em caráter terminativo, projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que tem como objetivo garantir estabilidade a trabalhadores portadores do vírus HIV. O projeto acrescenta um artigo à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com a seguinte redação: “O empregado portador do vírus HIV não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas”.

Em sua justificativa, o senador lembra a discriminação sofrida pelos portadores do HIV. Citando dados do Sistema Único de Saúde (SUS), informa que, em 1998, foram atendidos 57.800 pacientes portadores de HIV. Alcântara lembra o artigo 3º da Constituição, que relaciona entre



Lúcio Alcântara, autor do projeto: discriminação tem sido frequente

os objetivos fundamentais da República promover o bem-estar de todos, sem qualquer forma de preconceito:

– Inúmeras decisões judiciais já vêm reconhecendo os direitos dos afetados e dos portadores do HIV. A discriminação no trabalho, mediante demissão, vem sendo coibida através de sentenças que determinam a reintegração do empregado. O argumento básico utilizado nesses atos refere-se ao fato de que a demissão obsta o direito à aposentadoria por invalidez, em via de ser adquirido pelo empregado.

Se aprovado pela CAS, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados, salvo se houver recurso assinado por um décimo dos senadores para que a matéria seja submetida ao plenário do Senado.

Sistema de som incluirá advertência sobre riscos

Está tramitando na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que obriga o fabricante ou importador de equipamentos e sistemas de som a advertir sobre os malefícios do uso desses aparelhos quando utilizados em potência superior a 85 decibéis. A advertência deverá constar nas peças publicitárias, no manual do usuário, no invólucro do produto e no próprio equipamento, se este for de dimensão suficiente para o aviso:

– Sabemos que os danos causados pela poluição sonora são inúmeros e afetam uma larga gama de aspectos da vida humana. Pesquisas comprovam que o barulho prejudica o desenvolvimento cognitivo, o comportamento social e o aprendizado, além de provocar alterações fisiológicas no sono, na pressão sanguínea e na digestão – afirmou a senadora.

A poluição sonora, acrescentou Marina Silva, também reduz a concentração e aumenta o risco de acidentes no ambiente de trabalho. Estima-se que 25% dos trabalhadores expostos a al-

tos níveis de ruído sofrerão algum tipo de perda auditiva, disse. Ela citou dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), que estabelece como padrão de conforto para o ouvido humano o nível de 70 decibéis.

De acordo com o projeto, o fabricante que não colocar o aviso no produto estará sujeito às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90). Segundo essa lei, quem omitir dizeres ou sinais ostensivos sobre a nocividade ou periculosidade de produtos nas embalagens, invólucros, recipientes ou publicidade estará sujeito à pena de detenção de seis meses a dois anos e multa.



Marina quer obrigar fabricante a avisar sobre som muito alto